

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Despacho n.º 12 739/2006 (2.ª série). — Por razões de conveniência de serviço, justifica-se que adite ao meu despacho n.º 10 011/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 8 de Maio de 2006, a delegação de mais algumas competências no director do Departamento de Apoio Geral.

Aproveito também a oportunidade para rectificar algumas inexactidões constantes da publicação do mencionado despacho.

Nestes termos, determino o seguinte:

1 — São aditados ao mencionado despacho n.º 10 011/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 8 de Maio de 2006, os seguintes pontos:

«1.7 — Presidir à Junta de Saúde da Direcção Nacional da PSP.

1.8 — Justificar ou injustificar faltas de pessoal com funções policiais com o posto não superior a comissário ao serviço do Departamento de Apoio Geral.»

2 — É rectificado o referido despacho n.º 10 011/2006 (2.ª série), nos termos que se seguem:

No primeiro parágrafo, onde se lê «Waldemar Martins Pires Coroado» deve ler-se «Waldemar Pires Martins Coroado».

No n.º 1.1, onde se lê «considerados em serviço» deve ler-se «considerados ou não em serviço».

No n.º 1.3, onde se lê «passagem de guias para gozo de férias» deve ler-se «emissão de passaporte para gozo de férias».

26 de Maio de 2006. — A Directora Nacional-Adjunta para a Área de Recursos Humanos, *Maria Teresa Caupers*.

Despacho n.º 12 740/2006 (2.ª série). — Em aditamento ao meu despacho n.º 9741/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 4 de Maio de 2006, subdelego no director do Departamento de Recursos Humanos, intendente Jorge Alexandre Gonçalves Maurício, a competência para autorizar o processamento de ajudas de custo.

27 de Maio de 2006. — A Directora Nacional-Adjunta para a Área de Recursos Humanos, *Maria Teresa Caupers*.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 12 741/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Maio de 2006 do director nacional, é renovada a comissão de serviço, nos termos dos n.ºs 2, alínea b), e 4 do artigo 62.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, no cargo de 2.º comandante dos respectivos comandos de polícia, dos subintendentes abaixo indicados:

M/100127, António José Moreira de Jesus, do Comando da PSP de Aveiro.

M/100129, José do Nascimento Salvado Lopes, do Comando da PSP da Guarda.

30 de Maio de 2006. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Despacho (extracto) n.º 12 742/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Maio de 2006 do director nacional, é dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço no cargo de 2.º comandante da PSP de Castelo Branco do comissário M/132256, João Carlos Gonçalves Amaral.

30 de Maio de 2006. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

Governo Civil do Distrito de Évora

Aviso n.º 6886/2006 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Maio da secretária do Governo Civil do Distrito de Évora, no uso de competência delegada:

Rosa Maria Garcez da Cruz, assistente administrativa especialista do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Évora — autorizado o abono de vencimento perdido por motivo de doença no período de 15 a 19 de Maio de 2006, correspondente a cinco dias.

31 de Maio de 2006. — A Secretária, *Maria Teresa Tedeu*.

Aviso n.º 6887/2006 (2.ª série). — O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras pretende recrutar, em regime de requisição, licenciados em Direito do grupo de pessoal técnico superior com vínculo à administração pública central para desempenhar funções no Gabinete Jurídico.

Os eventuais interessados deverão formalizar, no prazo de 10 dias a contar da data de publicação do presente aviso, as suas candidaturas, mediante requerimento dirigido ao director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, podendo entregá-lo pessoalmente ou enviá-lo pelo correio, com aviso de recepção, para a Rua do Conselheiro José Silvestre Ribeiro, 4, 1649-007 Lisboa, juntando *curriculum vitae* detalhado com indicação da experiência profissional, do serviço e organismo a que se encontra vinculado e da respectiva categoria.

1 de Junho de 2006. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho n.º 12 743/2006 (2.ª série). — I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 15 881/2005, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho de 2005, delegeo e subdelego no director regional do Norte, em regime de substituição, inspector licenciado Eduardo António da Costa Teixeira Margarido, com faculdade de subdelegação, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

- 1) Autorizar deslocações em serviço em território nacional, nos termos previstos na lei, relativamente ao pessoal afecto à respectiva Direcção Regional;
- 2) Autorizar o pedido de gozo de férias até à aprovação do mapa de férias;
- 3) Autorizar a alteração dos períodos de férias constantes dos mapas de férias aprovados;
- 4) Proferir decisão sobre realização de despesas públicas e autorizar as inerentes despesas, fixando em € 2500 o montante a que se refere a alínea q) do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro.

II — Ratifico todos os actos praticados desde 9 de Fevereiro de 2006 pelo director regional do Norte, em regime de substituição, inspector licenciado Eduardo António da Costa Teixeira Margarido, que se enquadram nos poderes antes conferidos.

17 de Março de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 487/2006. — Considerando que, no âmbito do Programa de Reforma da Administração Central do Estado (PRACE), o Instituto Camões passará a ser tutelado pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e pela Ministra da Cultura, no respeitante à promoção da acção cultural externa;

Considerando que constitui um designio nacional a divulgação da cultura portuguesa, num ambiente globalizado, e que importa assumir uma visão global e uma articulação interna que permitam uma defesa responsável e credível dos interesses nacionais;

Tendo em atenção que importa assegurar, desde já, uma maior articulação nas diversas acções de divulgação da cultura portuguesa levadas a efeito por ambos os ministérios, com o necessário aproveitamento de sinergias:

Determinamos:

1 — É criado o grupo de coordenação da acção cultural externa (GCACE).

2 — Integram o GCACE dois representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dois representantes do Ministério da Cultura.

3 — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e a Ministra da Cultura designarão o coordenador do GCACE, que, para além da condução dos trabalhos do grupo, elaborará mensalmente um relatório de situação sobre a preparação do plano, remetendo-o a ambos os Ministros.

4 — O GCACE deverá elaborar um plano de acção onde conste, designadamente, a programação, a promoção e a articulação das

acções a desenvolver para 2007, definindo, entre outros aspectos, os objectivos a atingir, as estratégias a desenvolver, os recursos a afectar a cada uma das acções e as entidades executoras.

5 — O resultado destas reuniões deverá ser vertido num documento comum, o qual será apresentado ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e à Ministra da Cultura até ao dia 31 de Julho de 2006, para apreciação e aprovação.

6 — O secretariado do GCACE será assegurado pelo Gabinete da Ministra da Cultura.

7 — O GCACE cessará as suas actividades com a aplicação do PRACE ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Ministério da Cultura.

11 de Maio de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 12 744/2006 (2.ª série). — No uso dos poderes delegados pelo despacho n.º 17 828/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 19 de Agosto de 2005, e tendo em conta a experiência e o perfil profissional evidenciados no currículo anexo ao presente despacho:

1 — É nomeado, nos termos dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, subdirector-geral da Administração Pública o licenciado Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues, em comissão de serviço, pelo período de três anos.

2 — Nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a presente nomeação produz efeitos a partir de 3 de Junho de 2006.

2 de Junho de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Nota biográfica

Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues, nascido no Porto no dia 8 de Fevereiro de 1958, é assessor principal do quadro da Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP). Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1985, possui uma pós-graduação em Estudos Europeus (Direito Comunitário) pela Universidade Católica Portuguesa, complementada com um curso de actualização em Estudos Europeus pela mesma Universidade.

Nomeado, por despacho da Ministra da Justiça, em 20 de Abril de 2004, subinspector-geral da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

Nomeado, em 15 Maio de 2000, director do Departamento de Assessoria Jurídica do Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade. Nessas funções, integrou a Comissão de Regulamentação da lei de bases do sistema de solidariedade e de segurança social, tendo coordenado o grupo de trabalho criado com a missão de elaborar um anteprojecto de decreto-lei para a legalização das bases de dados da segurança social.

Nomeado, por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública de 14 de Março de 1997, chefe de divisão na Divisão do Departamento de Relações de Trabalho da DGAP. Nessas funções foi representante da DGAP no Comité de Gestão Pública — *Public Management Committee* (PUMA) sobre gestão de recursos humanos, constituído no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Nomeado, por despacho da Secretária de Estado do Orçamento de 27 de Fevereiro de 1998, membro do conselho consultivo da Direcção-Geral da Protecção Social dos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE).

Nomeado, por despacho do Secretário de Estado da Saúde de 19 de Dezembro de 1994, director do Gabinete Jurídico do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), que desempenhou até 14 de Março de 2000.

Nomeado, por despacho da Ministra da Saúde de 7 de Maio de 1997, membro do Conselho Nacional de Publicidade dos Medicamentos.

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento e seu chefe de gabinete substituto, desde 7 de Dezembro de 1993 e até ao termo de funções do XII Governo Constitucional.

Assessor do Secretário de Estado da Segurança Social, de Abril de 1992 a Dezembro de 1993.

Adjunto do Secretário de Estado dos Recursos Educativos, de 11 de Novembro de 1991 a 18 de Março de 1992.

Adjunto do Gabinete do Ministro Adjunto e da Juventude, de 12 de Fevereiro de 1989 a 31 de Outubro de 1991.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Rectificação n.º 965/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 25 de Maio de 2006, o Regulamento do CMVM n.º 2/2006, rectifica-se que, no artigo 36.º, após a alínea e) do n.º 2, deve ser aditado o seguinte:

«3 —

26 de Maio de 2006. — O Vogal do Conselho Directivo, *Rui Ambrósio Tribolet*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Aviso (extracto) n.º 6888/2006 (2.ª série). — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 31/88, de 15 de Janeiro, dá-se a conhecer que foram homologadas as classificações de serviço do pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo referentes ao ano de 2005.

29 de Maio de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 6889/2006 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos de 31 de Março de 2006, e por aplicação do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º-A do mesmo diploma, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro:

Carlos Filipe Jorge de Melo, técnico superior assessor principal do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho — autorizada a requisição pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral, com afectação à Direcção de Serviços de Avaliações, com efeitos a 1 de Junho de 2006.

5 de Junho de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Aviso n.º 6890/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros de 16 de Maio de 2006:

Fátima Maria dos Santos Domingues Nunes, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros — designada coordenadora de equipa do Sector de Contabilidade desta Direcção-Geral, devendo ser abonada nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 51/98, de 11 de Março, com efeitos a 16 de Maio de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2006. — A Directora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, em regime de substituição, *Maria de Fátima Braz*.

Aviso n.º 6891/2006 (2.ª série). — Por despachos da subdirectora-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, proferidos por delegação de competências, e da presidente da comissão executiva do Instituto Português da Juventude de 10 de Abril e de 10 de Maio de 2006, respectivamente:

Licenciado Hélder Borges Lage, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto Português da Juventude — transferido para idêntica categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, com efeitos a partir de 10 de Maio de 2006, indo ocupar lugar criado pela Portaria n.º 458/98, de 30 de Julho, e ainda não provido, considerando-se exonerado do quadro de origem